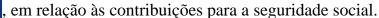


Inoue: Novas regras para a certificação das entidades beneficentes

Foi aprovado pelo plenário do Senado Federal no último dia 16 o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 134/2019, de autoria do deputado Bibo Nunes, que tem por escopo regular, com base no inciso II do artigo 146 e no artigo 195, 87° da Constituição Federal, as condições para fruição da imunidade das





Esse projeto decorre da necessidade de ajuste normativo do

tema, em razão das decisões proferidas pelo STF no âmbito das ADIs nºs 2.028, 2.036, 2.621 e 2.228, bem como o RE 566.622 (Tema 32 da repercussão geral), segundo o qual "aspectos procedimentais referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo são passíveis de definição em lei ordinária, somente exigível a lei complementar para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas no artigo 195, §7º, da Lei Maior, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas". Nele também reflete a decisão proferida na ADI 4.480, que invalidou diversos dispositivos da Lei nº 12.101/09, mais especificamente em relação às contrapartidas na educação e assistência, surgindo, assim, a necessidade de se regulamentar a questão por meio de lei complementar.

Em síntese, o PLP nº 134/2019 trata dos requisitos para obtenção do Cebas, identificando o modo de atuação das entidades nas áreas de assistência, saúde e educação, as contrapartidas por elas oferecidas, trazendo destaques importantes para a questão da preponderância entre as áreas certificáveis e, especialmente, na dispensa de obrigatoriedade daquelas que atuam em mais de uma área cumprir os requisitos de forma cumulativa, quando o valor total dos custos e despesas nas áreas não preponderantes não superem 30% dos custos e despesas totais da entidade e não ultrapasse o valor anual a ser fixado, por meio de decreto, para as áreas não preponderantes.

CONSULTOR JURÍDICO

www.conjur.com.br



Mantém o percentual de gratuidade ao SUS, que continua em 60%, mas traz outras hipóteses de atuação na área da saúde. Na área da educação, define que as bolsas devem ser ofertadas a pessoas que atendam ao perfil socioeconômico sem qualquer forma de discriminação, segregação ou diferenciação, vedada a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos ou políticos, ressalvada a Lei de Cotas. E, na assistência, prevê a possibilidade de desenvolvimento de atividades-meio, cujos recursos sejam posteriormente aplicados nas finalidades sociais da entidade (ou seja, para fomento de suas atividades certificáveis), registradas segregadamente em sua contabilidade e destacadas em suas notas explicativas.

Diante da aprovação de emendas ao PLP original, com a reinclusão das comunidades terapêuticas e da necessidade das entidades de educação demonstrarem o atendimento aos requisitos da legislação relativa às pessoas com deficiência, à acessibilidade e ao combate à discriminação, o PLP retornou à Câmara dos Deputados para nova apreciação do tema, já que oriundo daquela casa, e foi aprovado em sessão realizada nesta quarta-feira (24/11). O texto agora segue para sanção presidencial.

Date Created

24/11/2021